

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Correio Braziliense

Class.: \_\_\_\_\_

Data: 13.03.88

Pg.: \_\_\_\_\_

**Funai faz  
acusação  
sem prova**

**MANUELA C. DA CUNHA**  
Presidente da ABA

Em nome da Associação Brasileira de Antropologia, venho protestar contra a matéria publicada neste jornal a 7 de fevereiro último, sob o título "CTI acusada de tumultuar a aldeia krahó". Na referida matéria, acusações tão graves quanto **improcedentes** são lançadas sobre os antropólogos Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira.

A tática de culpar antropólogos e missionários por conflitos eventuais em áreas indígenas é antiga e freqüente. Procura-se assim desqualificar a legitimidade dos reclamos indígenas, negando aos índios sua condição de sujeitos políticos. Insinuações ou acusações sobre a moralidade ou origem dos recursos dos antropólogos são, por sua vez usadas para pôr em dúvida sua boa fé.

Gilberto Azanha e Maria Elisa Ladeira, ambos mestres em antropologia pela Universidade de São Paulo, e sócios da ABA, gozam, pela sua competência, do respeito da comunidade acadêmica. Como vários colegas, solidários com os grupos indígenas que estudam, foram alvos de repetidos ataques. Por três vezes em um período de dez anos, a Funai levantou acusações contra Gilberto Azanha e contra seu trabalho com os krahós e em todas essas ocasiões nada ficou provado. Por último, a 11 de janeiro passado, seis agentes da PF, armados de metralhadoras e revólveres, detiveram e algemaram o antropólogo que estava voltando da área indígena krahó em companhia de seu filho de oito anos, do capitão da aldeia do Galheiro e de um motorista. Esta detenção foi feita por solicitação da Funai. Não decorrer dos depoimentos, ficou provada a improcedência das acusações, a saber as mesmas contidas na matéria deste jornal.

Manuela, infelizmente, quando a reportagem do **CORREIO BRAZILIENSE** esteve no município de Itacajá (GO), Gilberto Azanha se encontrava em São Paulo; por isso não consta na matéria nenhuma declaração em sua defesa. As denúncias não são procedentes apenas da Funai, mas de documentos de órgãos governamentais, além de índios Krahós, do prefeito e do delegado de Itacajá, que afirmaram desconhecer os motivos que levaram à sua demissão. O nome de Maria Elisa consta nesses relatórios.